

Esquerda comemora a derrota da emenda gaúcha

GAZETA MERCANTIL

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

A derrota da emenda popular sobre garantia de emprego patrocinada pelos empresários do Rio Grande do Sul, por 64 votos contra 29, abre o caminho para ser aprovada na sessão de hoje a fórmula que já consta do projeto de Constituição e que tem o apoio conjunto dos partidos de esquerda, da ala progressista do PMDB e de parte do PFL. Por antecipação, eles comemoraram ontem sua primeira vitória importante na Comissão de Sistematização.

A fórmula dos empresários propunha que a regra da garantia do emprego pudesse ser quebrada sempre que os empregadores pagassem indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço. O PT e os demais partidos de esquerda não admitem que a indenização possa suprir a estabilidade. Como não têm maioria para aprovar a proposta que consideram ideal, a emenda popular conjunta da CUT, CGT e DIAP, uniram-se na defesa da manutenção do texto do projeto.

O projeto estabelece "garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada". Estão fora da regra somente três casos: contrato a termo, falta grave e "justa causa fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho".

A rejeição da emenda popular do Rio Grande do Sul antecipa a derrota dos empresários, que centraram fogo na sua aprovação, e também da liderança do PMDB na Constituinte, que defendeu sem sucesso a aprovação da fórmula prevista no substitutivo número 1 do relator Bernardo Cabral. O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), líder em exercício do PMDB na Constituinte, articulou desde a manhã de ontem reuniões com representantes de empregados e de empresários para conseguir o apoio ao substitutivo 1.

O substitutivo 1 enuncia a

regra de que o contrato de trabalho é protegido contra a despedida imotivada, mas transfere para a lei ordinária a disciplina da extensão da garantia. Na sessão de ontem, a fórmula foi derrotada por 58 votos contra 35 favoráveis.

Os deputados José Serra (PMDB-SP) e Pimenta da Veiga (PMDB-MG) empenharam-se em defender do plenário a aprovação do texto do substitutivo 1. Pimenta da Veiga ponderou que se não fosse aprovado, ficaria aberto o caminho para a aprovação da emenda dos empresários. Pelos seus cálculos, os partidos de esquerda não conseguiriam maioria para derrotar a emenda dos empresários. Mas conseguiram.

O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, trabalhou dias seguidos com a hipótese de ser aprovado o substitutivo número 1. Com essa previsão, armou a estratégia dos empresários em cima de uma emenda do deputado José Maria Eymael (PDC-SP). A emenda acrescentava ao texto do substitutivo 1 dois incisos, prevendo o pagamento de indenização e de aviso prévio. Com os dois incisos, segundo Albano Franco, os empregadores ficaram livres para demitir mediante o pagamento da indenização e do aviso prévio.

Antes do início da votação, porém, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, opôs-se à estratégia definida por Albano Franco. Amato foi aconselhado por seus advogados, e concluiu que a aprovação do substitutivo 1 seria arriscada. Decidiu que a emenda gaúcha seria o caminho mais seguro. Boa parte da bancada do PFL, que se havia comprometido com Albano Franco a votar a favor do substitutivo 1, votou contra e ajudou as esquerdas a derrotarem a proposta.

Na sessão de ontem foi aprovada uma emenda que estende aos trabalhadores rurais todas as garantias previstas no capítulo dos direitos sociais para os trabalhadores urbanos.

"Promulgação só em abril"

A promulgação da nova Constituição do País pode ocorrer no dia 21 de abril próximo — segundo o deputado Konder Reis (PDS-SC), um dos relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização.

Reis admite, segundo a Agência EBN, que os trabalhos não se estão desenvolvendo com a velocidade esperada, e acha que nem

mesmo a entrada em funcionamento do sistema eletrônico de votação, na Comissão de Sistematização, dará a necessária agilização aos trabalhos, pelo insuperável problema técnico representado pelos suplentes, em termos de programação do sistema, que, por causa disso, terão de ser chamados nominalmente a cada votação.